

---

# Perspectivas da Economia Brasileira\*

---

Celso Furtado\*\*

Setembro de 1957

---

\* *Palestras proferidas no Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico, ministrado no BNDE.*

\*\**Professor da Universidade Paris I – Sorbonne, ex-ministro do Planejamento (governo João Goulart) e da Cultura (governo José Sarney).*



## APRESENTAÇÃO

---

**E**m 1957, desliguei-me da Cepal após quase um decênio exercendo funções de direção na sede de Santiago do Chile e em vários países da América Latina. Minha intenção era gozar de um ano sabático para dedicar-me mais intensamente aos estudos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Antes, porém, de ir em setembro para a Inglaterra, tinha o compromisso de proferir uma série de 10 conferências sobre “Perspectivas da Economia Brasileira” no Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico, promovido pela Cepal, no Rio de Janeiro, com a colaboração do BNDE. Isso me possibilitava passar um mês nessa cidade, antes de seguir para o King’s College, em Cambridge, onde iria escrever meu livro *Formação econômica do Brasil*.

O Rio de Janeiro transformara-se em um campo de batalha ideológica. Os grupos que se haviam encarniçado na luta contra Getúlio Vargas eram heterogêneos, mas tinham em comum o enfoque conservador de política econômica. Havia o que eu chamava de liberalismo tresnoitado, com o professor Eugênio Gudín à frente, e havia os modernizantes, que enxergavam na Escola Superior de Guerra uma “Sorbonne”. O então presidente do BNDE, Glycon de Paiva, filiado ao segundo grupo, servia de ponte com o primeiro e começava a atrair elementos modernizantes mais sofisticados, à frente dos quais estava Roberto Campos. Dessa forma, aglutinavam-se forças consideráveis que pretendiam tutelar a política econômica do futuro governo de Juscelino Kubitschek.

Minha permanência intermitente fora do Brasil permitia-me ver o quadro com certo recuo e circular nos dois grupos. Mas em meados de 1957, quando proferi esse ciclo de conferências, o divisor de águas perdera nitidez, já não se distinguindo facilmente quem andava para frente e quem andava para trás, como dissera Robert Musil da Viena decadente.

Esforcei-me em demonstrar que existia um amplo terreno onde se podiam debater os problemas do desenvolvimento brasileiro sem deslizar para a in-

vectorial ou para a metafísica. Comecei chamando a atenção para o fato de que na fase em que se encontrava o Brasil – dando os primeiros passos de crescimento econômico auto-sustentado – cabia esperar que se agravassem os desequilíbrios internos e externos. A falta de experiência de capacidade técnica e financeira ou o simples temor à concorrência de poderosas organizações internacionais entorpeciam os investimentos em importantes setores e, por conseguinte, retardavam mudanças no sistema produtivo suscetíveis de promover a substituição de importações.

O objetivo estratégico da política econômica deveria ser a prevenção desses desequilíbrios, pois só assim era possível, dada a disponibilidade de recursos, elevar a taxa de crescimento. Em outra conferência, eu demonstrava com dados simples como tanto a taxa de poupança quanto a produtividade dos investimentos tinham variado no último decênio. Da experiência passada, eu derivava o leque de possibilidades, para salientar que o crescimento podia ser mais intenso do que vinha sendo. E afirmava que “o objetivo central da programação, na forma como a entendemos, consiste em criar as condições para que a economia mantenha um ritmo de crescimento estável pelo menos tão intenso quanto é capaz de alcançar espontaneamente quando se beneficia de condições muito favoráveis”.

Enfatizando os dois focos dinâmicos da economia do país – o setor exportador e o setor industrial –, eu assinalava que, numa economia com uma base de recursos tão variada o primeiro elemento de qualquer programa devia ser um plano de aproveitamento máximo de sua capacidade de exportação. Estimada a provável capacidade para importar, caberia formular a política de orientação dos investimentos no setor industrial e nos serviços básicos. O terceiro objetivo seria orientar recursos e assistência técnica para o campo, a fim de estimular a oferta de alimentos e matérias-primas agrícolas.

Todo o meu esforço orientou-se no sentido de salvar da controvérsia o que me parecia essencial, certo de que, sem um amplo apoio social, não seria possível levar adiante uma política de desenvolvimento. Assim, na discussão sobre a taxa de poupança, que cabia elevar, eu deixava de lado a visão simples do “efeito de demonstração” e destacava o seguinte: nos países subdesenvolvidos que buscam industrializar-se, os preços relativos dos serviços pessoais permanecem muito baixos, ao mesmo tempo que a tecnologia opera no sentido da redução dos preços relativos dos bens de consumo

duráveis. A conjunção desses dois fatores traduz-se em forte elevação da tendência a consumir entre os grupos de médias e altas rendas. E concluía que somente uma política fiscal rigorosa poderia corrigir essa tendência.

Creio que a inovação desse ciclo de conferências estava em que eu discutia várias técnicas para passar da formulação geral do programa à ação prática, ou seja, à política de curto prazo. Mas o que surgia como verdadeiramente novo era a abordagem do “problema dos desequilíbrios regionais”. Seria grave erro supor que esse problema se resolveria espontaneamente. Ao contrário, sublinhei que “o desenvolvimento está contribuindo para agravar essas disparidades”, e pela primeira vez mostrei como a política de câmbio estava transferindo recursos de uma região pobre, como o Nordeste, para as áreas do Centro-Sul em rápida industrialização. Sendo uma simples região, o Nordeste não dispunha de um sistema monetário e fiscal próprio, o que exigia novos instrumentos de política. Ademais, sua economia agrícola estava deformada pela tradição de monocultura imobilizada por um sistema latifundiário. Daí se deduzia que a industrialização do Nordeste, essencial para absorver o excedente de mão-de-obra, passava pela reorganização da economia agrícola, que deveria orientar-se para a produção de alimentos de consumo geral.

Mais adiante, já despido do manto protetor e imobilizador de funcionário internacional, eu retomaria com vigor essas idéias, que no entanto formulei pela primeira vez nas conferências reunidas sob o título “Perspectivas da Economia Brasileira”.

Rio de Janeiro, junho de 2002.



## 1 - Grau de Integração da Economia Brasileira

O objetivo desta seção é equacionar o problema do desenvolvimento da economia brasileira em sua etapa atual, analisar suas tendências fundamentais e, através da projeção dessas tendências, tentar identificar os principais fatores de entorpecimento que poderão reduzir o ritmo desse desenvolvimento nos próximos anos.

Esse diagnóstico se desdobrará em duas fases. Na primeira, procuraremos definir os termos gerais do problema. Quais são, no momento atual, as principais características do sistema econômico brasileiro se o observarmos em conjunto? Qual é a intensidade do crescimento desse sistema? Que elementos dinâmicos impulsionam esse crescimento? Que fatores limitam o desenvolvimento do lado da disponibilidade de recursos? Que elementos freiam o crescimento do lado da estrutura social, da imobilidade de fatores, da falta de espírito de empresa, da ausência de ação governamental oportuna? O que representam como desgaste de recursos os profundos desequilíbrios que afetam o sistema econômico no momento atual?

Realizado esse esforço inicial de identificação dos dados gerais do problema, tentaremos uma apreciação de conjunto do mesmo. Em outras palavras, tentaremos determinar de forma aproximada o que se poderia entender por crescimento ótimo da economia brasileira. Essa apreciação nos permitirá reaproximar os diferentes fatores que atuam sobre o ritmo de crescimento e estimar o grau de probabilidade de que os mesmos cheguem a atuar concomitantemente no futuro imediato. Poder-se-ão assim inferir as perspectivas que se apresentam à economia brasileira na hipótese de que seu desenvolvimento continue a realizar-se em forma mais ou menos espontânea.

Desse esboço de modelo de crescimento espontâneo partiremos para identificar os elementos de uma política sistemática de desenvolvimento. Uma política dessa natureza toma corpo num programa, e pressupõe um conhecimento detalhado do sistema econômico, a identificação clara das tendências que se fazem sentir no momento presente, a decisão de atuar oportuna e eficazmente sobre essas tendências, a definição de objetivos

claros a alcançar nos setores estratégicos da produção, a mobilização de meios adequados de defesa contra desequilíbrios internos e externos demasiadamente acentuados e a capacidade política e administrativa para alcançar simultaneamente todos esses objetivos.

Consideremos, inicialmente, o que se entende por economia brasileira. Para um observador com uma perspectiva suficientemente ampla, o Brasil surge como uma imensa continuidade territorial dotada de unidade política e cultural, mas descontínuo e heterogêneo do ponto de vista econômico. Aproximadamente duas terças partes do território nacional constituem um imenso vazio demográfico e econômico. Em cerca de 5,5 milhões de quilômetros quadrados vivem pouco mais de sete milhões de habitantes. Possivelmente, será esse, ao lado do Saara, o mais extenso vazio econômico que existe ainda hoje na superfície ocupada do globo terrestre.

No terço restante do território brasileiro, existem pelo menos dois sistemas econômicos autônomos: o sistema nordestino, que se estende da Bahia ao Ceará, com cerca de 18 milhões de habitantes, num território de pouco mais ou menos 1,3 milhão de quilômetros quadrados; e o sistema sulino, de Minas Gerais ao Rio Grande do Sul, com cerca de 35 milhões de habitantes, num território de 1,5 milhão de quilômetros quadrados.

Se aproximamos mais a objetiva, logo comprovamos que a região nordestina não possui o grau de integração necessária para constituir rigorosamente um sistema econômico. Seu produto bruto *per capita*, em 1955, foi de aproximadamente US\$ 110. A esse nível de renda uma economia dificilmente pode alcançar o grau de integração requerido para formar um mercado mais ou menos unificado e para que os fatores de produção gozem de um grau razoável de mobilidade. Uma economia desse nível de renda pode ser descrita como uma série de “manchas” de atividade econômica sem muita articulação umas com as outras. Dessas manchas, muitas têm uma atividade principalmente de subsistência e se articulam debilmente com o mundo exterior através de um pequeno fluxo de renda monetária, o qual não pode ser facilmente aumentado de fora para dentro, pelo simples fato de que não é possível vender a essas comunidades mais do que elas podem pagar. Dessa forma, as correntes de comércio que atravessam essas regiões quase sempre não logram penetrá-las. Por outro lado, para que o fluxo monetário aumentasse de dentro para fora seria necessário que ocor-

ressem nessas comunidades transformações capazes de provocar um aumento de produtividade e, por esse meio, um excedente de produção destinado ao mercado. Esse tipo de transformação na prática só ocorre sob o impacto de fatores externos. A introdução de culturas de exportação por iniciativa do governo ou de empresários de fora e a entrada de capital para explorar algum recurso natural ou para criar uma atividade manufatureira são exemplos desse impacto.

A economia nordestina ainda se encontra numa etapa em que, sem a ação estimulante de fatores externos, dificilmente poderia lograr uma taxa de crescimento que possa ser considerada satisfatória. Uma economia com esse nível de renda média não está capacitada para gerar espontaneamente a poupança que necessitaria para acelerar seu ritmo de crescimento. Pelo contrário: sob o impacto do aumento rápido da população que se observa no momento presente, é de temer um retrocesso no nível de renda *per capita*. Não se deduza dessa afirmação que não existe no Nordeste possibilidade de intensificar o desenvolvimento. O que não existem são estímulos para que esse desenvolvimento se acelere espontaneamente. A classe capitalista, em economias desse tipo, está basicamente constituída de comerciantes. O aumento da atividade comercial pressupõe o crescimento da produção de bens, e esta o estímulo de uma procura em expansão. Dessa forma, quase sempre é necessário que se crie o estímulo de uma procura externa em um novo setor ou que se expanda uma procura já existente, para que o sistema comece a crescer. Na ausência desses estímulos, o mais provável é que a classe comerciante inverta seus lucros em edifícios ou residências de luxo ou mesmo que exporte capital para outras regiões de nível mais elevado de desenvolvimento.

Por último, encontramos na região Sul do país um sistema econômico relativamente integrado, com uma renda média por habitante de aproximadamente US\$ 340. Se o observamos atentamente, vemos que nesse sistema ainda subsistem importantes faixas de atividade econômica não vinculadas ao mercado e que a economia monetária penetrou com intensidade desigual em seu extenso território. Uma parte da população que vive nos campos, dispersa ou em pequenas comunidades rurais, dedica-se principalmente a atividades de subsistência. Seu nível de produtividade é tão baixo que não lhe permite criar senão um míngua excedente de produção para vincular-se ao mercado. Contudo, o nível médio de produtividade

desse sistema já é suficientemente elevado para que nele exista uma relativa integração. Algumas zonas importantes já apresentam certa homogeneidade. Mesmo ali onde é manifesta a descontinuidade, já existem interligações e interdependências importantes.

Esse sistema econômico em processo relativamente avançado de integração, que encontramos no Sul do Brasil, deriva seu dinamismo de dois núcleos de atividade: o primeiro é o setor ligado ao comércio internacional; o segundo é o setor industrial.

A economia de exportação do Sul do Brasil, basicamente constituída pelo café, é uma atividade de alta produtividade. Basta ter em conta que o café, ocupando apenas 10% da superfície cultivada no Brasil, gera mais de 25% da renda dos agricultores brasileiros. O impulso dinâmico dado à economia do Sul do Brasil, no último decênio, pelo setor exportador alcançou grandes proporções. O valor em dólares das exportações de café mais que triplicou, durante esse período, sem que a área de colheita se houvesse sensivelmente modificado. Esse enorme incremento de renda real distribuiu-se entre vários setores de atividade e concretizou-se principalmente em maiores lucros. O aumento dos preços do café vem representando para o Brasil, nos anos recentes, pelo menos US\$ 500 milhões anuais. Se se tem em conta que a poupança líquida do setor privado tem variado, no último quinquênio, entre US\$ 1.200 milhões e US\$ 1.500 milhões, depreende-se a magnitude do estímulo dado à economia pelo setor exportador. Em realidade, a poupança privada total – em termos reais – foi em 1953/54 cerca de 100% maior do que em 1947/48, período anterior à elevação dos preços do café.

Ao lado desse núcleo, que desempenhou no último quinquênio um papel altamente dinâmico, às atividades industriais coube uma ação não menos positiva. O impulso do crescimento vindo de fora, ao invés de se filtrar ao exterior – como ocorreria numa economia de menor grau de integração como é o caso da do Nordeste –, encontrou nas atividades industriais um meio de se expandir.

À articulação dessas duas forças dinâmicas se deve a aceleração do ritmo de crescimento da economia do Sul do Brasil nos anos que se seguem a 1948.

A produtividade média e as dimensões absolutas do mercado do sistema econômico do Sul do Brasil já alcançaram um nível suficientemente elevado para que esse sistema esteja em condições de autogerar seu impulso de crescimento. Não significa isso que essa economia possa prescindir dos meios externos de pagamento para crescer. A estrutura de seu sistema produtivo ainda é suficientemente rudimentar para que grande parte das inversões requeiram uma contrapartida de divisas. Mas o fato de que a procura externa deixe de crescer já não significa que essa economia tenha que entrar numa etapa de estagnação.

A partir do momento em que as atividades industriais chegam a ocupar uma posição significativa e que dentro das atividades industriais a produção de bens de capital alcança uma certa importância relativa, o sistema econômico passa a caminhar por conta própria. Isso resulta do fato da observação geral de que o sistema industrial quando está operando em condições normais gera uma importante massa de lucros, que anualmente alcança 10%, 20% ou mais do total do capital invertido nas indústrias. O grau de concentração desses lucros, além de outros fatores, faz com que grande parte deles tenha que ser reinvestida. Ora, essa reinversão cria automaticamente procura para as indústrias de bens de capital, as quais tendem a se expandir e a ampliar o mercado das outras indústrias.

Na etapa de desenvolvimento em que se encontra a economia do Sul do Brasil – dando os primeiros passos de crescimento autônomo – tendem a se agudizar as tendências aos desequilíbrios internos e externos. A falta de experiência e de capacidade técnica e financeira ou o simples temor à concorrência de poderosas organizações entorpecem as inversões em importantes setores, que continuam a ser atendidos com importações. Em consequência, retardam-se as modificações no sistema produtivo que deveriam possibilitar a substituição de importações requerida pela relação entre o ritmo do desenvolvimento e a taxa de aumento da capacidade para importar. A consequência prática é a criação de capacidade ociosa em alguns setores e o excesso de procura de determinados bens importados. Esse tipo de desequilíbrio não ocorre quando o crescimento se realiza sob o impulso estritamente externo.

Os problemas de desequilíbrio que enfrenta a economia brasileira em sua fase atual são, portanto, específicos da etapa de seu desenvolvimento. Se

não os equacionamos de forma precisa, corremos o risco de administrar receitas que, sem eliminar as causas verdadeiras do desequilíbrio, poderão ser de conseqüências nefastas para o próprio crescimento.

## 2 - Os Desequilíbrios Fundamentais

---

Vimos que as forças que impulsionam o desenvolvimento da economia brasileira irradiam de dois focos principais: o setor exportador e o núcleo industrial. Indicamos como o impulso criado pelo primeiro desses focos se expande e multiplica através do segundo. Também chamamos a atenção para o fato de que essa expansão, quando se realiza espontaneamente, tende a criar uma pressão crescente sobre a capacidade para importar. Não é por outra razão que a tendência ao desequilíbrio, externo e interno, é inerente à etapa atual de desenvolvimento da economia brasileira. Dessa tendência resulta que o sistema dificilmente poderia manter um ritmo ótimo de crescimento, durante um período prolongado, na ausência de uma ação orientadora de suas inversões e corretora da estrutura de sua procura.

Vejamos mais detidamente esse problema. O crescimento de uma economia depende principalmente da expansão de sua capacidade produtiva e da eficiência com que se utiliza essa capacidade. A expansão da capacidade produtiva é, basicamente, uma questão de retirar uma parcela da renda corrente e transformá-la em capital reprodutível. Tem-se aí a medida do esforço que realiza a economia para crescer. A eficiência na utilização da capacidade produtiva é um problema complexo, pois depende de uma série de fatores. Conforme seja essa eficiência, com a mesma capacidade produtiva obtém-se um produto 5%, 10% ou mesmo 20% maior ou menor. Essa eficiência na utilização dos recursos pode ser medida, de maneira aproximada, relacionando o produto de um ano dado com o total do capital reprodutível existente, nesse ano, no território nacional.

Os dados disponíveis referentes ao decênio do pós-guerra indicam que a taxa de poupança líquida no Brasil variou entre 8% e 13%. Essa taxa é a melhor medida do esforço de crescimento que realiza a economia. Por outro lado essa mesma informação estatística nos diz que, durante esse mesmo

decênio, o coeficiente de produtividade média do capital variou entre 0,50 e 0,57.

Uma inversão líquida de 8% e um coeficiente de produtividade média do capital de 0,50 proporcionam uma taxa de crescimento do produto de 4%. Por outro lado, uma inversão líquida de 13% e um coeficiente de produtividade média de 0,57 dão lugar a uma taxa de crescimento de 7,4%. A diferença entre os dois ritmos de crescimento é de quase 100%. Mais ainda: como o crescimento é, a rigor, aumento de renda por habitante, admitindo um aumento da população de 2,4% temos, para o primeiro caso, uma taxa de 1,6% e, para o segundo, de 5%. O crescimento no segundo caso é, portanto, três vezes mais rápido que no primeiro.

No período compreendido entre 1945 e 1954 a produção real cresceu no Brasil a uma taxa média anual de 6,2%. Por habitante, esse crescimento não excedeu 3,8%. Se compararmos esse crescimento com a taxa de 5% a que fizemos referência, depreende-se claramente o atraso que representou para o país a descontinuidade no esforço de poupança e a perda resultante de baixas periódicas no coeficiente de produtividade do capital.

A experiência indica que a economia brasileira pode alcançar espontaneamente uma taxa de crescimento anual de sua produção física de 7% a 8%. Mas também revela essa mesma experiência que uma taxa dessa magnitude não pode ser mantida em uma seqüência de anos, em condições de desenvolvimento espontâneo. O objetivo central da programação, na forma como a entendemos, consiste em criar as condições para que a economia mantenha um ritmo de desenvolvimento estável pelo menos tão intenso como aquele que ela é capaz de alcançar espontaneamente quando convergem condições muito favoráveis.

Essa incapacidade de uma economia como a brasileira para manter espontaneamente uma taxa ótima de crescimento é apenas um reflexo do fato de que o crescimento cria, ele mesmo, uma série de desequilíbrios. A defeituosa orientação das inversões, característica da etapa de desenvolvimento em que se encontra o Brasil, engendra um permanente desgaste de recursos. Já nos referimos ao fato de que as inversões, não se orientando adequadamente, criam excesso de capacidade em alguns setores e insuficiência em outros. Quando esses desequilíbrios encontram uma compensação na

liquidação de reservas de câmbio e métodos semelhantes, o sistema opera a plena capacidade, a taxa de lucros é elevada e a taxa de poupança alcança níveis altos. Essas etapas de bonança são quase sempre seguidas de fases de contração das importações, seja através de elevação da taxa de câmbio, seja por meio de controles diretos. Como reflexo dessa situação, algumas atividades produtivas reduzem seu ritmo de atividade por escassez de matérias-primas ou de outros produtos importados. Em consequência, contraem-se os lucros e a taxa de poupança. Dessa forma, o próprio desenvolvimento cria desequilíbrios. Compreende-se assim que, mesmo em condições muito favoráveis ao crescimento, como as que prevaleceram no último decênio, a taxa de crescimento espontâneo só ocasionalmente alcance seu nível ótimo.

Vejam agora o problema do lado da eficiência na utilização da capacidade produtiva. Já vimos que a pressão sobre o balanço de pagamentos tende a se resolver numa brusca contração de importações, da qual resulta subutilização da capacidade produtiva. Essa subutilização também se traduz num declínio do coeficiente de produtividade média do capital. Mas não é somente isso. O grau de intensidade na utilização da capacidade produtiva depende diretamente do nível da procura global. Quando a procura global cresce bruscamente, de um ano para outro, aumenta a intensidade de utilização da capacidade produtiva. Em condições de desenvolvimento espontâneo, a procura global flutua de ano para ano ao sabor de flutuações da procura externa, e essas flutuações se traduzem em variações da relação produto/capital. Não existindo uma política orientada para compensar ocasionais contrações da procura externa – nas próprias regiões ou setores em que se concentra o efeito dessas contrações –, é comum que se reduza a utilização da capacidade produtiva. Essa desocupação de fatores pode coexistir com uma expansão da procura global e com fortes pressões inflacionárias.

Além dos fatores referidos, existem outros que atuam no sentido de reduzir a taxa de crescimento mesmo naquelas etapas em que os elementos dinâmicos estão criando o máximo de estímulos. Entre esses fatores cabe destacar a inelasticidade da oferta de alimentos. Vejam esse problema mais de perto.

Em um país como o Brasil, desenvolvimento significa basicamente o traslado de população de setores em que prevalecem atividades de subsistência

para zonas urbanas com ocupação nas indústrias e nos serviços. Essa população que se traslada, pelo fato mesmo de vir de regiões de baixo nível de produtividade, não deixa atrás de si nenhum excedente de produção de alimentos que possa ser enviado às regiões urbanas. Não se trata de deslocamento de população provocado pela introdução de técnicas avançadas na agricultura. Trata-se principalmente de gente que vai alcançando a idade de trabalhar e, não encontrando ocupação permanente, sai para tentar melhor sorte.

Ao crescer a população urbana ocupada nas indústrias e serviços afins, cresce a procura de alimentos mais que proporcionalmente, pois essa gente está armada de um poder de compra muito maior do que aquele que tinham quando se encontravam no campo. Ora, essa procura crescente de alimentos se depara com uma oferta muito inelástica, pois em grande parte da agricultura ligada ao mercado interno ainda prevalecem formas de organização pré-capitalistas.

A inexistência de uma agricultura moderna, de base capitalista, ligada ao mercado interno, é em grande parte responsável pela tendência permanente ao desequilíbrio interno que se observa no país. A agricultura de exportação, pelo fato mesmo de que é um negócio altamente lucrativo, interessou aos bancos e a grandes empresas estrangeiras, logrando organizar-se em bases até certo ponto racionais. A agricultura ligada ao mercado interno, com exceção de umas poucas regiões do país, permaneceu dentro das formas arcaicas de organização que caracterizam as regiões pré-capitalistas.

A incapacidade da agricultura para responder a uma procura crescente de alimentos nas zonas urbanas constitui uma verdadeira mordida ao desenvolvimento industrial. Com o aumento do número de assalariados urbanos, os preços dos alimentos tendem a aumentar. A inelasticidade da oferta de alimentos cria um ambiente propício à especulação comercial. As margens de lucros comerciais aumentam, o que ainda agrava mais a situação. Os assalariados que vêem crescer os preços dos gêneros de primeira necessidade lutam por aumentos de salários. As empresas apelam ao sistema bancário, e dessa forma a economia passa a viver em permanente desequilíbrio. Lutar contra essa forma de desequilíbrio simplesmente cortando o crédito é eliminar a possibilidade de que a economia continue crescendo. Mesmo que

se elimine todo crédito especulativo, permanece a causa fundamental do desequilíbrio, que é a inércia de um setor que desempenha um papel estratégico no processo de crescimento. Quanto maior for o impulso de crescimento criado pela procura externa e pelo setor industrial, maior será a tendência ao desequilíbrio. Como o desequilíbrio tende a se resolver numa inflação aberta – tal é o caso do Brasil –, a solução do problema torna-se ainda mais difícil, pois a inflação induz a ampliar os lucros comerciais, a descapitalizar e desorganizar os serviços públicos de transporte e a impossibilitar a criação de estímulos adequados capazes de impulsar a produção de alimentos.

Como o desequilíbrio permanente impossibilita alcançar um grau elevado de eficiência na utilização dos recursos, depreende-se que o ritmo de crescimento que a economia brasileira logrou espontaneamente no passado recente está por baixo daquele que lhe seria permitido atingir em condições de relativa estabilidade, sempre que o impulso da procura não se debilitasse.

Do que se disse anteriormente depreende-se que não basta a existência de fortes elementos dinâmicos para que a economia brasileira mantenha uma elevada taxa de crescimento. Em condições espontâneas esse crescimento tende a ser irregular e a acarretar fortes desequilíbrios.

Quando pensamos em programação, temos em vista eliminar os fatores perturbadores de crescimento. Em outras palavras: pretendemos criar as condições para que o crescimento alcance e mantenha um ritmo ótimo.

Se partirmos do princípio de que as exportações são um dos focos dinâmicos da economia, teremos que indagar desde o primeiro momento que possibilidades existem de tirar o máximo de proveito do crescimento do comércio internacional. Numa economia como a do Brasil, com uma base de recursos tão variada, o primeiro elemento de um programa deveria ser um plano de máximo aproveitamento de sua capacidade de exportação. Contudo, é bem sabido que o comércio internacional, particularmente o de matérias-primas, encontra sérios obstáculos a uma firme e ampla expansão. Se o Brasil tivesse que depender de exportações sempre crescentes para se desenvolver, suas perspectivas não seriam muito brilhantes. Já observamos, entretanto, que, mesmo com uma capacidade para importar es-

tacionária ou crescendo lentamente, a economia brasileira pode desenvolver-se, sempre que siga uma política adequada de orientação das inversões. A razão disso é que o núcleo industrial – e dentro deste a produção de bens de capital – já alcançou uma importância relativamente grande no país.

Partindo de uma taxa de crescimento que se considere que corresponde a uma utilização razoável da capacidade produtiva e a um esforço também razoável de poupança, e admitidas algumas hipóteses com respeito ao desenvolvimento da capacidade para importar, a primeira tarefa da programação terá que consistir em definir uma política de orientação das inversões no setor industrial e nos serviços básicos. O objetivo dessa política seria evitar que surjam aqueles desequilíbrios que tendem a pressionar a capacidade para importar, a criar capacidade ociosa e a reduzir a produtividade média do capital. Conhecido o crescimento provável da atividade industrial e dos serviços conexos, já seria possível deduzir o crescimento da procura de alimentos nas zonas urbanas. O segundo objetivo da programação teria que ser, portanto, orientar recursos e assistência técnica para o campo a fim de estimular a oferta de alimentos e matérias-primas agrícolas. Dessa forma, procura-se evitar que surja o outro desequilíbrio fundamental que engendra o desenvolvimento: a inelasticidade da oferta de alimentos.

### **3 – Perspectivas da Capacidade para Importar**

Nas palestras anteriores fizemos amplas referências ao setor externo como elemento dinâmico na atual etapa de desenvolvimento da economia brasileira. Consideraremos agora mais atentamente as perspectivas que se apresentam a esse setor.

O comércio mundial recobrou, em 1948, o nível máximo alcançado na década de 30 e, nos anos seguintes, tem mantido uma elevada taxa de crescimento. Se comparamos a evolução do *quantum* das exportações brasileiras com a das exportações mundiais, vemos que o Brasil vem perdendo terreno dentro do intercâmbio mundial. Essa perda é menos aparente quando comparamos dados de valor, em razão do forte aumento dos preços relati-

vos do café. No trabalho do Banco de Desenvolvimento e da Cepal sobre a economia brasileira (*Análisis y proyecciones del desarrollo económico; II: El desarrollo económico del Brasil* – Nações Unidas, 1956) demonstra-se que o Brasil perdeu – em conseqüência da redução de sua participação no comércio mundial – praticamente tanto quanto ganhou com a elevação do preço do café, a partir de 1948.

É verdade que o grande desenvolvimento do intercâmbio internacional, observado nos últimos anos, reflete principalmente uma forte expansão do intercâmbio de manufaturas. Assim, entre 1948 e 1955 o *quantum* das exportações de produtos manufaturados cresceu em mais de 80%, enquanto o do intercâmbio de matérias-primas aumentava somente em 40%.

A razão básica dessa enorme perda de mercados pelo Brasil está na política cambial seguida até 1953. A estabilidade da taxa de câmbio, numa etapa em que se elevaram fortemente os custos no país, tornou antieconômica grande parte da atividade produtiva para exportação. O objetivo principal dessa política foi defender os preços do café no mercado internacional, mas sua principal conseqüência consistiu em provocar uma transferência substancial de rendas do setor exportador para o importador – particularmente o industrial – e das regiões com saldos exportadores para aquelas com saldos importadores.

A transferência de rendas do setor agrícola para o industrial constituiu um elemento positivo na medida em que o setor agrícola se confundia com o cafeeiro. Dessa forma, desestimulava-se parcialmente a expansão cafeeira e orientavam-se recursos financeiros para financiar o desenvolvimento industrial. A transferência de renda entre regiões, porém, veio agravar a disparidade de níveis de desenvolvimento de algumas regiões do país. Determinadas regiões particularmente subdesenvolvidas dependem da exportação de certos produtos, cuja oferta é quase sempre pouco elástica em função dos preços, pelo fato mesmo de que nessas regiões não existe possibilidade de uso alternativo dos recursos. Essas regiões pobres estiveram pagando produtos a preços crescentes, importados das regiões mais industrializadas, quando os preços de seus produtos de exportação mantinham-se estacionários.

Outra conseqüência dessa política cambial foi a total eliminação do Brasil como país exportador de manufaturas. Ao contrário do produtor agrícola –

particularmente aquele das regiões mais pobres –, que prefere descapitalizar-se durante anos seguidos a suspender sua produção, o produtor industrial trata de se retirar do mercado quando os preços de venda não são remunerados. O forte crescimento do mercado interno permitiu uma fácil reconversão aos industriais que exportavam manufaturas. Contudo, permanece o efeito negativo sobre o balanço de pagamentos.

Possivelmente, o problema mais complexo que se apresenta no momento presente e continuará a se apresentar nos próximos anos a quem pretenda orientar o desenvolvimento da economia brasileira é o de adaptar as importações à capacidade para importar, a qual se tem mantido praticamente estacionária no último quinquênio. Suas perspectivas para os próximos anos tampouco são muito favoráveis. A eficiência com que se utilize essa limitada capacidade para importar será possivelmente o principal fator determinante da intensidade do ritmo de crescimento nos próximos anos.

Dessa forma, é de importância fundamental que se logre aproveitar todas as possibilidades de expandir a capacidade para importar. Nesse sentido, é necessário que se estudem permanentemente as perspectivas dos mercados dos principais mercados de exportação, que se considerem as possibilidades de abrir novas linhas de exportação, que se estudem as possibilidades de aproveitamento mútuo dos mercados de manufaturas dos países vizinhos etc.

Vejamos mais detidamente quais são as perspectivas de exportações dos dois principais produtos do intercâmbio externo brasileiro: o café e o algodão. O algodão é tradicionalmente o principal produto agrícola do comércio mundial. O valor de suas vendas internacionais só tem sido superado pelo das vendas de petróleo. Contudo, nos últimos decênios o mercado do algodão tem estado em franca decadência, principalmente em consequência da descentralização geográfica das atividades industriais. Os países que constituíam os grandes mercados importadores de tecidos de algodão – que são os atuais países subdesenvolvidos – têm instalado importantes centros fabris têxteis, a partir do primeiro conflito mundial. Muitos desses países eram produtores marginais de algodão e intensificaram a produção para atender às necessidades da indústria nacional. Por outro lado, os países exportadores de tecidos e importadores da fibra também se têm defendido, substituindo progressivamente a matéria-prima importada por fibras artifi-

ciais. Assim, em 1954, o consumo de raio representou, no Japão, 52% do de algodão e, na Alemanha Ocidental, 60%.

Explica-se assim que o consumo mundial *per capita* de algodão se tenha mantido estacionário nos últimos decênios, se bem que o consumo total de fibras haja aumentado. De 80% do consumo mundial de fibras, na pré-guerra, a participação do algodão diminuiu para 69% em 1953.

Num estudo recente realizado para a Cepal, estimamos que a procura mundial de algodão aumentaria algo menos de 30% no curso do próximo decênio. Nessa estimativa se teve em conta não somente o uso do algodão para fabricação de roupa, como também para outros usos domésticos e para fins industriais.

Nesse mesmo estudo estimou-se que o intercâmbio mundial de algodão não chegaria a aumentar 23% nesse mesmo período de 10 anos, isto é, entre 1955 e 1965. A razão desse fraco crescimento do intercâmbio, em comparação com a procura, é que a importação de algodão para reexportação manufaturado está declinando pelas razões já expostas; por outro lado os países industrializados que importam algodão para consumo interno já se encontram na etapa em que a elasticidade-renda da procura de roupa é relativamente baixa.

Um crescimento de 23% em 10 anos traduz uma taxa anual de 2,1%. Dessa forma, mesmo que o Brasil lograsse manter sua participação no comércio mundial, as possibilidades que teria de aumentar sua capacidade para importar, por esse lado, seriam muito limitadas. Ocorre, porém, que o Brasil tem perdido terreno persistentemente no comércio mundial de algodão. As exportações do quadriênio 1949/53 não chegaram a 60% do volume das de 1934/38.

A concorrência no mercado mundial do algodão tem-se tornado cada vez mais intensa no último decênio. O grande aumento da produção no México, na América Central, na União Soviética e em vários pequenos produtores africanos e asiáticos transformou totalmente o panorama do intercâmbio mundial. Por outro lado, os Estados Unidos têm utilizado de forma crescente o instrumento do crédito ou simples dívida para se manter no mercado. Em tais condições, dificilmente se pode admitir a hipótese de que o Brasil logre aumentar significativamente sua participação no mercado mun-

dial. Por último, não se deve esquecer que as perspectivas dos preços mundiais desse produto são pouco favoráveis. A menos que ocorra uma modificação radical na política de exportação dos Estados Unidos, tudo indica que haverá um excedente de oferta persistente no mercado mundial. Nada indica que esse excedente possa ser eliminado por outro meio que não seja a concorrência e a redução no nível dos preços.

As perspectivas a longo prazo do mercado mundial do café são mais incertas, se bem que menos desfavoráveis, do que as do algodão.

O mercado do café caracteriza-se por uma reconhecida estabilidade do lado da procura. Nos Estados Unidos – principal mercado desse produto – tem-se por assentado que a procura é altamente inelástica, tanto em função da renda como dos preços. A experiência do último decênio indicou que essa inelasticidade só se modifica quando os preços alcançam níveis anormalmente altos. Por outro lado, a experiência histórica já havia demonstrado a grande inelasticidade da procura do café em função da renda.

A essa inelasticidade da procura se deve que o mercado do café seja fortemente influenciado pelo comportamento da oferta. Ademais, como cerca de metade do café que entra no mercado mundial se origina no Brasil, a oferta mundial pode ser bruscamente modificada por fatores meteorológicos específicos da região produtora brasileira.

Mesmo que se admita que a oferta de café no mercado mundial tenderá a crescer nos próximos anos, dificilmente se poderia aceitar a hipótese de que se forme um desequilíbrio de grande magnitude no mercado mundial. Entretanto, dadas as condições altamente especulativas do mercado, mesmo um desequilíbrio de proporções não muito grandes poderá acarretar graves prejuízos para o Brasil.

Existe um certo consenso entre os especialistas de que a procura do café continuará crescendo nos próximos anos, com uma taxa de incremento anual entre 1% e 2%. No estudo do BNDE e da Cepal adotou-se uma hipótese, formulada por técnicos da FAO, que corresponde a uma taxa de 1,53%. O incremento acumulado em 10 anos seria de 16,5%.

No que respeita aos preços, a experiência dos últimos anos é ilustrativa. Esgotados os grandes estoques que deprimiriam o mercado durante 20

anos, os preços se elevaram bruscamente em mais de 100%. É de interesse observar que esse novo nível de preços manteve-se com relativa estabilidade por um período de mais de dois anos. Essa etapa de relativa estabilidade foi sucedida por outra marcada por fortes flutuações. É a etapa das geadas, que se inicia em 1951. Essas flutuações indicam claramente que o mercado do café não pode funcionar normalmente se está em estreita dependência da produção corrente brasileira. Esse mercado necessita de uma certa defesa contra as bruscas contrações da oferta, e essa defesa só pode ser proporcionada por um estoque de operação de dimensões adequadas. Por outro lado, se se permite que esse estoque pese no mercado, os preços permanecerão deprimidos.

A experiência indica que, no período de relativo equilíbrio entre oferta e procura – fins de 1949 a meados de 1951 –, os preços mantiveram-se em torno a 50-55 centavos de dólar por libra, para o Santos 4. Na etapa de desequilíbrio por excesso de oferta, o nível dos preços era inferior a 25 centavos e, na de desequilíbrio por insuficiência de oferta, subiu a mais de 75 centavos.

Sempre que se admita que o mercado vai funcionar em condições de relativo equilíbrio, aquele nível de 50-55 centavos pode ser considerado como uma hipótese de trabalho razoável. Entretanto, para que exista esse equilíbrio, se requer para o mercado do café um grau de organização superior ao que prevalece atualmente.

O problema de organização do mercado mundial do café muito dificilmente se resolverá a curto prazo. Sua solução ainda é mais difícil naquelas etapas – como a atual – em que a situação do mercado é favorável. Mas não se deve esquecer que a produção está se expandindo em todo o mundo, não somente no Brasil. O aumento da produção mexicana alcançou 70% entre 1948 e 1955. O México é atualmente o terceiro produtor mundial, e se admite como certo que sua produção continuará crescendo ao ritmo do último quinquênio. Em vários outros países – tanto na América como na África – se aguardam incrementos substanciais da produção de café. Em tais condições, é perfeitamente possível que surja outro desequilíbrio por excesso de oferta num futuro não remoto e que, em face de uma reação desfavorável dos preços, aumente o interesse entre os produtores por uma melhor organização do mercado.

De toda forma, e como um problema mais imediato, surge a necessidade de organizar internamente no Brasil a economia cafeeira. As modificações bruscas nos preços do café têm um forte impacto inflacionário ou deflacionário na economia do Brasil. Para evitar esse impacto se requereria uma política compensatória que poderia estar intimamente ligada ao método de financiamento dos estoques excedentes. A medula desse problema está em ligar a política de defesa do preço de exportação – sem que com isso se entenda a criação de um preço artificial – com a de controle do impacto inflacionário da acumulação de estoques. É esse um problema de solução teórica possível, se bem que apresente grandes dificuldades práticas.

Em conclusão, as perspectivas da economia cafeeira não são desfavoráveis, sempre que se siga uma política geral tendente a organizar internamente a economia do café e a favorecer um entendimento externo para organizar o mercado do produto. Ainda assim, para lograr uma expansão razoável de sua capacidade para importar, o Brasil terá que tentar, por todos os meios, maior diversificação de suas exportações.

## **4 – O Setor Industrial como Elemento Dinâmico**

Em palestra anterior dissemos que, ao lado do setor externo, o foco dinâmico do desenvolvimento da economia brasileira é o setor industrial.

A importância relativa desse setor, como fonte de emprego, ainda é relativamente pequena. O total da mão-de-obra ocupada nas indústrias – consideradas estas no seu sentido mais amplo – possivelmente ainda não alcance os três milhões, enquanto o total da população ativa do país deve aproximar-se dos 20 milhões. Se excluirmos do setor industrial o que são apenas formas de artesanato e, portanto, não têm nenhum papel dinâmico no processo do crescimento, o total da mão-de-obra industrial dificilmente sobressairá 10% da população economicamente ativa do país.

Se observamos o setor industrial, não do ponto de vista de ocupação e sim do lado da formação de renda, o panorama já se apresenta distinto. Aproximadamente, a quarta parte da renda total do país é gerada pelas atividades

industriais. Isso significa que a renda média gerada pelo homem ocupado nas indústrias é cerca de duas vezes e meia maior que a renda média gerada pelo homem ativo do conjunto da economia, e mais de três vezes maior se excluirmos do total as próprias atividades industriais. Dessa disparidade de produtividade depreende-se claramente que o aumento relativo da importância do setor industrial, trazido necessariamente pelo desenvolvimento geral, em sua etapa intermédia, engendra um aumento na produtividade média do sistema. Mas não é esse um problema de simples transferência de mão-de-obra do campo para as indústrias, pois a quantidade de capital imobilizado por trabalhador industrial é muito maior do que aquela que corresponde ao trabalhador agrícola médio atual.

A importância real do setor industrial ainda é muito maior do que se depreende do nível relativo de sua produtividade. Sem o setor industrial, os impulsos de crescimento, dados à economia pelo setor externo, teriam um efeito muito mais reduzido. Observe-se como um caso extremo os efeitos dos impulsos de crescimento dados à economia amazônica pelas exportações de borracha. Esse impulso só teria efeito permanente interno – não existindo um setor industrial – na medida em que estimulou a expansão da própria atividade exportadora. Na prática, a elevação da renda do setor exportador traduz-se em maior procura de bens manufaturados, e quando estes são importados o impulso transfere-se para o exterior.

A existência de um setor industrial modifica totalmente os termos do problema. O impulso externo, criando maior procura de produtos manufaturados, intensifica a utilização da capacidade produtiva das indústrias existentes, as quais, em casos extremos, duplicam ou triplicam os seus turnos de trabalho. A renda global tende a crescer com a expansão da massa de salários pagos pelas indústrias e com os maiores lucros dos industriais. Ao contrário da expansão originada no setor externo resultante de uma elevação de preços, que se traduz quase exclusivamente em maiores lucros agrícolas e comerciais, a expansão industrial faz crescer simultaneamente a massa de lucros e a de salários. Essa maior massa de salários significa expansão da procura de alimentos e novo estímulo à produção agrícola. Se já existe uma agricultura de base capitalista ligada ao mercado interno, a oferta de alimentos tenderá a crescer. Haverá novo impulso de crescimento originado pelas rendas acrescidas dos agricultores, e assim por diante.

Numa economia com um núcleo industrial incipiente, esse impulso do crescimento tende a se gastar em tempo relativamente curto. Ao se elevar a renda, apenas uma parte da procura de bens manufaturados pode ser atendida internamente. Os bens de produção mais complexa terão que ser importados. Ao crescer a produção industrial, também cresce a necessidade de importar bens semi-elaborados e certas matérias-primas. Finalmente, para expandir sua capacidade produtiva, os industriais necessitarão importar equipamentos. Na medida em que o sistema industrial vai logrando um certo grau de autonomia, seu papel dinâmico alcança maior extensão e complexidade. Quando ele depende principalmente de si mesmo para se abastecer de equipamentos, deixa de ser um sistema dependente e logra a autonomia de crescimento. É fácil compreender que, ao crescer a procura de bens de consumo manufaturados – como reflexo de um impulso externo ou da ação de algum outro fator dinâmico – e ao se expandirem os lucros dos empresários desse setor, estes tratam de aumentar sua capacidade produtiva encomendando novos equipamentos ao setor produtor de bens de capital. O aumento do ritmo de atividade nesse último setor significa expansão da massa de salários sem incremento concomitante da oferta de bens de consumo. Ademais, a própria indústria de bens de capital necessitará expandir-se e criará procura para ela mesma. Dessa forma, o caudal de salários, por um lado, e de lucros, por outro, vai recebendo novos contingentes. O crescimento industrial gera, portanto, seu próprio impulso de crescimento, o qual se propaga aos demais setores da atividade econômica. Esse autodinamismo é específico da indústria, e não é por outra razão que o setor industrial funciona como força propulsora do crescimento das economias avançadas que são sistemas autônomos.

Até que ponto o sistema econômico brasileiro já logrou essa autonomia de abastecimento de bens de capital que permite crescer apoiando-se em seus próprios impulsos? No estudo realizado pelo grupo misto BNDE-Cepal estima-se que, no período do pós-guerra, a participação das importações de bens de capital no valor bruto das inversões reduziu-se de cerca de 40% para aproximadamente 25%. Contudo, se fazemos a comparação com as inversões líquidas, a importância relativa das importações sobe de 25% para 37% no período recente. *Grosso modo*, pode-se dizer que a acumulação líquida no Brasil tem atualmente um conteúdo de importações da ordem de um terço.

Essa comparação não nos dá, entretanto, uma idéia exata do grau de autonomia do sistema industrial, pois estão consideradas conjuntamente as inversões reprodutivas e não-reprodutivas. Ora, o que dá independência ao sistema industrial é sua capacidade para expandir com seus próprios meios a capacidade reprodutiva da economia. São essas inversões reprodutivas que criam fontes permanentes de emprego. Vê-se a diferença claramente comparando uma inversão numa fábrica – que dará origem a um fluxo de salários, além do fluxo de remuneração do capital – com uma inversão numa construção, que apenas dará origem a um fluxo de renda do capital. Evidentemente, a diferença nem sempre é muito clara, pois uma inversão numa estrada pode criar economias externas noutros setores e possibilitar o aumento do emprego nestes.

As inversões reprodutivas caracterizam-se por um elevado conteúdo de equipamentos mecânicos. As inversões agrícolas, por exemplo, ainda têm, no Brasil, um conteúdo de equipamentos mecânicos relativamente baixo, mas devem ser complementadas por inversões em serviços, como os de transporte, que por seu lado absorvem muitos equipamentos.

Os dados do grupo misto BNDE-Cepal indicam que a produção de equipamentos tem crescido fortemente no último decênio. Entre 1949 e 1954, isto é, num quinquênio, aumentou em cerca de 100%. Durante esse mesmo quinquênio, a participação da produção interna no abastecimento total de equipamentos subiu de 37% para 57%. É claro que nessa produção interna ainda pesam muito a simples reparação e refazimento de equipamentos importados. É provável que a produção interna não contribua com mais de um terço da acumulação líquida de equipamentos.

Ao receber a economia brasileira um impulso de crescimento, aumenta fortemente a procura de manufaturas de consumo. Para que aumente a capacidade produtiva destas, entretanto, se requerem inversões com um forte conteúdo de divisas. Quando existem dificuldades do lado da capacidade para importar, as inversões tendem a se desviar para os setores improdutivos, que são aqueles com um baixo conteúdo de divisas. Como essas inversões não reprodutivas não criam fontes permanentes de emprego, o impulso de crescimento se reduz. Por outro lado, como a oferta de manufaturas de consumo não cresce adequadamente, surge uma outra fonte de desequilíbrio.

O aumento da importância relativa da produção interna de equipamento tem duas conseqüências fundamentais: por um lado, amplifica a força dinâmica do setor industrial e, por outro, elimina uma tendência ao desequilíbrio inflacionário, possibilitando a expansão da oferta interna de bens manufaturados.

Na medida em que o sistema industrial vai logrando a maturidade, ganham importância relativa dentro dele, além das indústrias de equipamentos, aqueles dedicados a produzir artigos semi-elaborados. A produção desses artigos está organizada em forma horizontal dentro do sistema, pois eles se destinam a atender às necessidades de numerosos grupos de indústrias. Desse fato resulta que sua escala de produção é geralmente grande, o que quase sempre significa fortes imobilizações de capital no processo produtivo. Entre essas indústrias podemos citar como casos típicos as metalúrgicas e as químicas.

As indústrias desse tipo, mesmo que muitas vezes não tenham um peso significativo nos custos de produção dos artigos finais, desempenham um papel altamente dinâmico no processo de crescimento. A razão disso é que a regularidade na oferta de seus produtos é de fundamental importância para a existência de muitas outras indústrias.

Consideremos em primeiro lugar a siderurgia. A existência dessa indústria é um pré-requisito para a criação da indústria mecânica pesada. Durante muito tempo circulou a crença de que a siderurgia só devia ser instalada por aqueles países que dispusessem de um complexo favorável de matérias-primas. Hoje em dia se observa de forma crescente que a indústria siderúrgica de todo o mundo depende mais e mais de matérias-primas localizadas a grandes distâncias. Uma oferta adequada de produtos ferrosos é indispensável não somente às indústrias de equipamentos, como também ao grupo de indústrias de bens de consumo de procura mais dinâmica: os duráveis. O rápido crescimento das indústrias mecânicas observado no último decênio, em particular a de equipamentos, só foi possível porque a oferta de ferro e aço cresceu com relativa intensidade. Porém, o mais importante não foi o crescimento da oferta, que alcançou 80% entre 1946 e 1954. O fator mais importante foi a expansão da produção interna, a qual mais que triplicou durante esse mesmo período.

Os estudos do grupo misto BNDE-Cepal indicam que a procura de ferro e aço teria que aumentar de 1,6 milhão de toneladas de lingote para 2,5 milhões, entre 1955 e 1962, numa hipótese modesta de crescimento. Esse problema deveria ser objeto de um estudo minucioso para que as inversões sejam realizadas com a necessária antecipação e para que se obedeça a um critério nacional no que respeita à localização das novas usinas e às dimensões destas.

Consideremos agora rapidamente o problema dos metais não-ferrosos. A procura de cobre cresce intensamente ao expandir-se a produção de equipamentos e de bens de consumo duráveis. Nos Estados Unidos, observando um período de quatro decênios, comprova-se que a procura de cobre cresceu 100% mais intensamente que o conjunto da produção industrial. Na Europa Ocidental, no período 1948/55, observou-se que a procura de cobre cresceu muito mais intensamente que a produção industrial. Aplicando uma relação similar àquelas observadas em outros países ao caso brasileiro, e admitindo que a produção industrial cresça 60% entre 1954 e 1962, resulta que a procura do cobre aumentaria em cerca de 100%, vale dizer, se aproximaria das 60 mil toneladas em 1962. Um mercado dessa magnitude justifica que se considere seriamente o problema da produção dentro do país. As perspectivas dos preços do cobre são relativamente boas. Não há razões para crer que a longo prazo o preço desse metal possa baixar sensivelmente de 30 centavos de dólar por libra. O declínio persistente da produção norte-americana, a relativa lentidão com que se vai expandindo a produção fora dos Estados Unidos e o intenso crescimento da procura de alumínio para fins não competitivos com o cobre são razões para afastar os prognósticos relativamente pessimistas que se fizeram com respeito ao futuro dos preços desse metal há alguns anos atrás.

O problema do chumbo e do zinco é menos urgente que o do cobre. A procura do chumbo cresce fortemente com o aumento da produção de automóveis e caminhões, tanto mais se se difunde o uso de combustíveis de alta octanagem. A procura de zinco também cresce com a produção das indústrias mecânicas em geral. A oferta mundial de zinco é relativamente abundante e seus preços mantêm-se relativamente baixos. O mesmo não se pode dizer do chumbo, cujas reservas mundiais conhecidas têm crescido lentamente.

O alumínio apresenta um caso especial, pois sua procura cresce com extraordinária intensidade. Seus preços são hoje em dia mais baixos que os do cobre, o que explica que esteja substituindo esse metal nas redes de transmissão de energia elétrica e mesmo na confecção de motores elétricos. A solução do problema do alumínio está muito mais avançada que a do cobre. A grande abundância de bauxita e de potencial hidrelétrico colocam o Brasil, em realidade, muito favoravelmente como produtor potencial de alumínio.

No que respeita aos produtos químicos básicos, o problema dos álcalis tem sua solução encaminhada. O crescimento do mercado do cloro tem possibilitado uma expansão razoável da produção de soda eletrolítica, mas é na fábrica de Cabo Frio que está o primeiro passo decisivo para a solução do problema. A produção dessa fábrica, tanto de carbonato de sódio para ser vendido como tal, como de soda cáustica, possivelmente não satisfará mais que a metade das necessidades do mercado, quando começar a funcionar. Contudo, os termos do problema ter-se-ão modificado fundamentalmente quando Cabo Frio se transformar numa realidade.

De não menor importância, no setor dos produtos químicos básicos, é o problema do enxofre. O ácido sulfúrico é o agente de ação ácida mais barato empregado nas indústrias. Sua importância é de tal ordem, e o seu preço tão mais baixo que o dos outros agentes ácidos, que se torna fundamental para um sistema industrial dispor de uma oferta garantida desse produto. Com o crescimento das outras indústrias químicas – particularmente a de superfosfatos – e da metalurgia, a procura de ácido sulfúrico tende a crescer intensamente. Constitui um equívoco supor que se pode produzir enxofre tão barato como aquele que se encontra no mercado internacional, originário dos domos salinos norte-americanos e extraído pelo processo Frasch. Todos os países industrializados produzem ácido sulfúrico com matéria-prima local – enxofre natural, piratas naturais ou carboníferas, gesso etc. – de preço muito mais elevado do que aquele que corresponderia ao ácido derivado de enxofre importado. O Brasil possui abundantes reservas de piratas carboníferas e sua utilização será requerida para que o desenvolvimento industrial não seja entorpecido.

